

REQUERIMENTO**(Do Sr. Zé Neto)**

Requer o apensamento do Projeto de Lei nº 2476, de 2020, Ao Projeto de Lei nº 4139, de 2020, por tratarem de matérias correlatas.

Senhor Presidente, Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 142 e da alínea “b” do inciso II do art. 143 do Regimento Interno desta Casa, apensamento do Projeto de Lei nº 2476, de 2020, de minha autoria, que dispõe sobre medidas para a sustentação das atividades empresariais e dos empregos durante a emergência de saúde pública decorrente da pandemia de Covid-19. Ao PL 4.139/2020 - Que altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para destinar os recursos alocados pelo Tesouro Nacional a todos os programas emergenciais de crédito durante o período do estado de calamidade pública relacionado a Covid-19, mas não utilizados até 31 de dezembro de 2020, para garantir operações no âmbito do Pronampe, e das outras providências. Por tratarem de matérias correlatas.

JUSTIFICATIVA

Diversos economistas no Brasil, mesmo diante das medidas extraordinárias que têm sido implementadas pelo mundo, continuam apegados a dogmas e à falsa crença de que o setor privado vai sozinho, se deixado livre, fazer a economia se recuperar. Pelo contrário, é hora de o Estado atuar para mitigar os efeitos econômicos e sociais da crise decorrente da pandemia de Covid-19, ao invés de ser reduzido ao mínimo, como advogado por esses economistas, especialmente os do governo federal.

Diversos analistas de jornais e revistas do mundo financeiro já admitem que as imensas expansões fiscais e monetárias que vemos hoje em dia pelo mundo não vão gerar inflação ou prejudicar a economia, ao mesmo tempo em que ações de controle de juros ou de dividendos, além de amplos regates de empresas estratégicas, têm sido discutidas e realizadas, dados os tempos difíceis atuais, associados, possivelmente, à maior queda global já registrada na história. Níveis de intervenção na economia só vistos em períodos de guerra têm sido considerados e aplicados para sustentar as economias pelo mundo.

Na verdade, podemos voltar a níveis de regulação que estabeleçam relações mais saudáveis para empresários, trabalhadores e a população em geral em diversos mercados, rejeitando-se finalmente o neoliberalismo e as políticas de austeridade que tanto têm prejudicado o Brasil e outros países.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Zé Neto

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213415201000>



CD213415201000

Diferentemente do discurso oficial, e felizmente para a população brasileira, o governo, que vinha defendendo a privatização de todos os bancos públicos, na verdade resolveu utilizá-los para forçar alguma concorrência com os bancos privados e para trazer mais crédito e taxas de juros reduzidas para a sociedade. Depois de criticarem a política feita Presidenta Dilma Rousseff de utilização, como deve ser, dos bancos públicos, agora o governo acertadamente os usa para corrigir as enormes falhas existentes no mercado de crédito no Brasil, mesmo que ainda de maneira tímida em face das necessidades de enfrentamento dos efeitos da pandemia. Ainda bem que o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) existem e foram fortalecidos nos governos do PT.

E ainda bem que não deu tempo para dilapidarem o patrimônio público como queriam. Assim, ainda dispomos de importantes instrumentos para serem de novo direcionados para o desenvolvimento produtivo em nosso País. Os bancos privados, mesmo com a política de provimento de liquidez de pai para filho, sem qualquer contrapartida, do Banco Central, botaram o dinheiro que surgiu para eles debaixo do colchão. Com efeito, não só não estão emprestando, como também têm aumentado os juros e os spreads, que fazem parte de seus lucros.

Lembramos que, desde o início do ciclo atual de afrouxamento monetário, iniciado no ano passado, a taxa SELIC, que define os juros básicos da economia, caiu de 6% para 3,75%, reduzindo-se em quase 40%, mas não se nota diferença relevante nos juros para pessoas e empresas na ponta. Os programas que têm sido apresentados pelo Governo Federal, mesmo diante da crise que vivemos, são tímidos e não admitem a incapacidade de o setor privado superar as dificuldades causadas por problemas do lado da oferta e, principalmente, do lado da demanda na economia.

Sala das Sessões, 05 de maio de 2021.

Deputado Zé Neto-PT/BA

